

Debate sobre fim do RJU vai à Câmara

Na terça-feira, 11 de março, a partir das 8 horas, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviço Público realiza o seminário “O Fim do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos: A EC 19/98 e a ADI 2135”. O evento, que acontece no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, vai contar com a participação da assessoria jurídica da Condsef/Fenadsef no debate sobre o fim do RJU e suas implicações para servidores e serviços públicos.

O RJU foi instituído pela

Lei nº 8.112/1990, unificando o vínculo dos servidores públicos civis da União sob um estatuto próprio, garantindo estabilidade, isonomia de direitos e deveres, além de promover maior segurança e eficiência na administração pública.

Antes do RJU, coexistiam diferentes regimes, como o estatutário e o celetista, gerando desigualdades e desafios na gestão de pessoal. Com o avanço das discussões sobre a EC 19/98 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2135, o futuro do ser-

viço público brasileiro pode passar por mudanças significativas.

Além de especialistas do campo jurídico, o seminário reunirá parlamentares e representantes do funcionalismo para debater os possíveis cenários e desdobramentos dessas alterações.

O evento é aberto ao público e será uma oportunidade fundamental para compreender o contexto histórico do RJU, seus impactos ao longo dos anos e as perspectivas para os servidores e a administração pública.

Fonte: Condsef

IFMA promove live com a palestra “Menos Telas, Mais Vida: Protegendo o Futuro com a Lei 15.100/2025”

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), por meio da Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE), promoverá, no dia 12 de março de 2025, às 15h00, uma live com a palestra: “Menos Telas, Mais Vida: Protegendo o Futuro com a Lei 15.100/2025”, para abordar a restrição do uso de celulares nas escolas, bem como sobre as ações educativas desenvolvidas no contexto escolar. O evento será transmitido pelo canal da TV IFMA no YouTube e é voltado para servidores(as), estudantes e pais/responsáveis.

Com o tema “Menos Telas, Mais Vida: Protegendo o Futuro com a Lei 15.100/2025”, a palestra abordará os impactos do uso excessivo de telas na saúde mental e no desenvolvimento infantojuvenil, destacando a importância da nova legislação para a promoção do equilíbrio emocional, da interação social e do de-

sempenho acadêmico.

A live contará com a participação da especialista Maria de Jesus, Especialista em Neurociências e Comportamento pela PUC-RS, Certificada em Gerenciamento do Estresse pela ISMABR e UCI Califórnia. Possui Formação em Psicanálise Clínica, Especialização em Inteligência Emocional e, atualmente, é Pós-Graduada em Saúde Mental pela Faculdade Libano de São Paulo. Há mais de quatro anos, dedica-se ao estudo do impacto da tecnologia no sono, no neurodesenvolvimento e na saúde mental de crianças e adolescentes. Compreendendo os desafios enfrentados por pais e educadores e pensando no futuro das novas gerações, idealizou o Synaps EduCare, uma iniciativa voltada para o fortalecimento do equilíbrio emocional e da saúde mental infantojuvenil, desenvolvida para ser aplicada em instituições de ensi-

no básico, tanto da rede privada quanto pública.

Objetivo

Conscientizar pais, educadores e alunos sobre os impactos do uso excessivo de telas na saúde mental e no desenvolvimento infantojuvenil, destacando a importância da Lei 15.100/2025 e apresentando estratégias baseadas em evidências para promover um uso equilibrado da tecnologia.

Como participar?

A live será transmitida ao vivo pelo canal da TV IFMA no YouTube, e todos os interessados podem acompanhar e interagir por meio do chat, neste link. A participação ativa de servidores, estudantes e responsáveis é fundamental para enriquecer o debate e contribuir para a construção de um ambiente escolar mais saudável e equilibrado.

Fonte: IFMA

Empresas terão que monitorar saúde mental dos trabalhadores a partir de maio

Devido ao alto número de trabalhadores afastados por conta de doenças psicossociais, as empresas terão, a partir de 26 de maio, que garantir um ambiente de trabalho saudável para evitar novos casos de doenças.

A nova exigência está na atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e que reúne um conjunto de obrigações e responsabilidades que devem ser adotadas pelas empresas e os trabalhadores no Brasil.

Com a atualização da norma, os empregadores deverão incluir mecanismos internos que identifiquem e combatam o estresse, assédio e carga mental excessiva no ambiente de trabalho. O MTE ressalta que a NR-1 já exigia que todos os riscos no ambiente de trabalho fossem reconhecidos e controlados, mas que havia dúvidas sobre a inclusão explícita dos riscos psicossociais. A partir de agora, caberá às empresas identificar situações que possam causar adoecimento mental, como jornada excessiva, metas abusivas e pressão, e por em prática uns planos de ação para prevenir e corrigir essas situações.

Secretário de Saúde do Trabalhador da CUT-SP, Valdeci Henrique da Silva, o Verdinho, classifica como importante avanço essa inclusão na norma. “Conseguimos, com a nova redação da NR-1, fazer com que as empresas sejam obrigadas a identificar, avaliar e



controlar não somente os riscos físicos, químicos e biológicos, mas também os riscos ergonômicos e psicossociais. Isso é um passo significativo para a segurança e saúde no trabalho, considerando o impacto que fatores como estresse, condições psicológicas e assédio podem causar”, afirma o dirigente, que participou da construção da nova redação da norma.

Os transtornos de saúde mental são responsáveis por 38% de todas as licenças no INSS, de acordo com dados da pesquisa Panorama da Saúde Mental nas Organizações Brasileiras, realizada em 2023.

A fiscalização do cumprimento da norma será feita pelos auditores-fiscais do Trabalho de forma planejada e por meio de denúncias encaminhadas ao MTE. Além disso, destaca Verdinho, os integrantes das CIPAAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio) também

terão papel fundamental nesse processo. “Os trabalhadores eleitos nas comissões serão essenciais nesse processo de fiscalizar a implementação das medidas preventivas e incentivar a realização de palestras e treinamentos, por exemplo”, diz.

O Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), que continua sendo exigido, deverá ser complementado com os pontos de atenção identificados nos locais de trabalho.

“A nova NR-1 é um avanço para a classe trabalhadora no combate àquilo que vem aumentando no mundo do trabalho, que são as doenças psicossociais relacionadas ao trabalho. A partir de agora as empresas vão ter a obrigatoriedade de cuidar, e não só isso, mas a identificar e controlar as causas de adoecimento”, finaliza Verdinho.

Fonte: CUT